



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA

11.01.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

1 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

- ♥ [A QUEDA DOS DEUSES – O Popular](#)
- ♥ [O CUIDADO ATÉ A MESA DO GOIANO – O Popular](#)
- ♥ [ALCKMIN DE BOULOS – Folha de São Paulo](#)
- ♥ [EQUADOR EXIBE OS SINTOMAS AGUDOS DO NARCOPODER NA AMÉRICA LATINA – Folha de São Paulo](#)
- ♥ [MINISTÉRIO DO TRABALHO: PROTAGONISMO NA DEFESA DO EMPREGO – Folha de São Paulo](#)
- ♥ [O ÊXITO DO G20 PODE ABRIR CAMINHO PARA O SUCESSO DA COP30 – Folha de São Paulo](#)
- ♥ [LEWANDOWSKI SERÁ O SUBSTITUTO DE DINO NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DE LULA – Folha de São Paulo](#)
- ♥ [“CONTOU COM A CONVÊNICA DE MUITOS ATORES”, DIZ CIENTISTA POLÍTICO SOBRE 8/1 – O Hoje](#)
- ♥ [LULA QUER CAUTELA SOBRE O EQUADOR PARA EVITAR ATAQUES DA OPOSIÇÃO À SEGURANÇA PÚBLICA DO BRASIL – Diário de Aparecida](#)
- ♥ [PRESSÃO PELO FIM DAS "SAIDINHAS" – Correio Braziliense](#)
- ♥ ["A SAÚDE MENTAL É UMA PREOCUPAÇÃO DO PROGRAMA" – Correio Braziliense](#)
- ♥ [AMPARO PARA ÓRFÃOS DO FEMINICÍDIO – Correio Braziliense](#)
- ♥ [LULA PODE DESISTIR DE MEDIDA PROVISÓRIA DA REONERAÇÃO, DIZ JAQUES WAGNER – Valor Econômico](#)
- ♥ [CARF LIVRA BANCA DE RESPONDER POR AUTUAÇÃO DE CLIENTE – Valor Econômico](#)
- ♥ [HERDEIROS VENCEM NO TJSP DISPUTA SOBRE ITCMD – Valor Econômico](#)
- ♥ [DESTAQUES – Valor Econômico](#)
- ♥ [ANULAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO FISCAL PARA FINS PENAIIS NO CARF – Valor Econômico](#)
- ♥ [FATOS HISTÓRICOS DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 11.01.2024 – PÁG. 03

A queda dos deuses

Glauber Lopes Xavier



É digno de estarrecimento a atual perseguição aos povos muçulmanos em decorrência do conflito Israel versus povo palestino. É realmente perturbador o fato de que parcela dos que se definem cristãos endossem as práticas beligerantes do Estado de Israel, as quais, numa análise ponderada, beiram o terrorismo. Encurrular idosos, mulheres e crianças e deixá-los desprovidos do acesso à água, alimentos e cuidados médicos é de uma atrocidade imensa.

Afinal, o que seria terrorismo? Somente atos violentos promovidos por entidades paraestatais? O que se passa é o genocídio do povo palestino. Gaza é hoje locus do mais terrível experimento de abjeção a um povo e de seu indiscriminado extermínio na história recente da humanidade. Hannah Arendt, filósofa de origem judia, dizia que a violência, o autoritarismo, não seriam expressões do poder político, mas de sua ausência. A ofensiva de Israel contra o povo palestino desde a criação do Estado israelense, em 1948, expressa a ausência do diálogo, do respeito à diferença, da diplomacia com vistas à paz.

É preciso compreender que a atual diáspora do povo palestino - como dos árabes em geral, assim como a dos judeus quando da perseguição nazista - repousa, também, em causas econômicas, disputas por territórios, fomento a indústria armamentista, dentre outros fatores. Nesses termos, em face dos interesses econômicos, o que prevalece é a instância do poder, para além do bem e do mal. Evoca-se Deus para garantir a legitimidade da violência.

Nesse caso, justifica o extermínio do povo palestino como resposta aos atentados terroristas praticados pelo Hamas. Mas quem são as vítimas, senão os trabalhadores judeus, cristãos, muçulmanos, capturados pelo mito do trabalho na terra, do paraíso e da vida eterna após a morte?

Para o grande capital não importa quem são os contendores de uma guerra, mas aqueles com maior poder econômico de adquirir armas, de promover ganhos a determinados grupos empresariais e detentores da alta finança mundializada. O capital não tem qualquer compromisso com princípios éticos, ele não tem pátria, embora a use quando se apresenta conveniente aos seus propósitos.

Muitos foram os conflitos perpetrados por grupos paraestatais financiados pelo governo norte-americano, os próceres da democracia e guardiões da liberdade, cujos Deuses são suas balas e seus artefatos de destruição em massa. Por meio deles os ianques subjugam povos e territórios ao seu poder e afirmam serem necessários para a “proteção” dos direitos individuais. O mito norte-americano, do reino dos direitos e suas garantias, tem, ainda, o Deus mercado como outra entidade sagrada, capaz de fazer milagres para os capitalistas. O acompanha o mito do trabalho, o qual demove os próprios deuses naquelas circunstâncias em que a força de trabalho imigrante é bem-vinda e até estimulada.

A queda dos deuses é a ascensão dos homens em sua possibilidade de produzir a vida para além dos conflitos religiosos. Somente ela, todavia, não basta. É preciso destruir o Deus chamado Capital e assim será possível que a humanidade supere o trabalho alienado e não mais alimente a fantasia do juízo final.

O cuidado até a mesa do goiano

José Ricardo Caixeta Ramos

O alimento que chega à mesa do goiano passa pelo cuidado da Agrodefesa. Também está sob sua responsabilidade a proteção de lavouras e dos rebanhos goianos contra doenças e pragas das mais diversas. A Agência Goiana de Defesa Agropecuária, órgão do Governo de Goiás, trabalha diuturnamente desenvolvendo programas de sanidade animal e vegetal, de educação sanitária, além da realização da fiscalização de estabelecimentos que processam e comercializam produtos agropecuários, bem como da inspeção de produtos de origem animal que chegam até o nosso prato.



Desde que foi criada, em 2003, a Agência, por meio de seu quadro de competentes servidores, desenvolve ações de defesa agropecuária que impactam nosso cotidiano, seja do produtor rural ou de toda a sociedade.

E além de garantir a procedência e a qualidade da comida que consumimos, o trabalho da Agrodefesa protege produtores que levam a sério seu trabalho e cumprem com as exigências da lei, bem como traz retorno direto para a economia do nosso estado.

Para se ter uma ideia, nossa estimativa é de que para cada R\$ 1 investido nas ações da Agência, R\$ 71 retornam para a economia goiana. Isso, em 2022, representou um retorno de R\$ 107,1 bilhões, considerando o Valor Bruto de Produção Agropecuária (VBP) - quinto lugar no ranking nacional e maior valor registrado nos 34 anos de existência do indicador.

Contam a favor desses resultados pontos como combate a pragas que impactam diretamente na produtividade das lavouras ou ainda a abertura de mercados aos nossos produtos agropecuários, pela garantia da sanidade. Um exemplo é o complexo carnes, segundo item mais comercializado pelo estado para outros países.

De janeiro a novembro de 2023, Goiás exportou US\$ 1,8 bilhão, para países como China, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Japão, Estados Unidos e União Europeia. Esse fluxo só é possível porque a nossa carne tem certificação e atende a rígidos controles sanitários que começam aqui, dentro da porteira.

E esse trabalho começou lá atrás, quando a Agrodefesa realizou campanhas sanitárias para erradicação de doenças como febre aftosa, e hoje nosso estado é considerado livre da doença sem a necessidade da vacinação. São conquistas do nosso corpo técnico e de todos produtores rurais, que enchem Goiás de honradez.

Celebrar os 20 anos da Agrodefesa é celebrar um importante agente do nosso estado. Por isso, ao completar este marco, não só agradecemos a confiança do produtor rural e da sociedade no nosso trabalho, como também ostentamos o orgulho em considerar a Agrodefesa como sentinela forte, presente e atuante no agro goiano.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 11.01.2024 – PÁG. A2

Alckmin de Boulos

Lula traz Marta para moderar chapa; é incerto se ação vai além do uso eleitoral



Se levada a sério a versão petista de que o impeachment de Dilma Rousseff foi um golpe, Marta Suplicy, que agora retorna ao partido, esteve entre os golpistas de 2016. Entretanto essa reviravolta não chega a causar espanto, dado que outro apoiador da deposição da ex-presidente, Geraldo Alckmin (PSB e ex-arquirrival tucano), hoje é nada menos que o vice de Luiz Inácio Lula da Silva.

Com o convite a Marta para compor a chapa de Guilherme Boulos (PSOL) na disputa pela prefeitura paulistana, Lula repete com o aliado o movimento que já fez mais de uma vez para suavizar a própria imagem e atrair eleitores moderados. Nessas ocasiões, o cálculo do cacique sempre prevalece sobre a cantilena dos liderados.

Boulos, que despontou na vida pública como apoiador de invasões de imóveis urbanos no Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), tornou-se a principal esperança da esquerda para retomar o comando da maior metrópole do país —cujo eleitorado, nos últimos dois pleitos, preferiu opções entre o centro e a direita. Derrotado no segundo turno em 2020 e hoje deputado federal, ele tem se esforçado em evitar mostras de radicalismo. Nem sempre o faz de forma convincente, porém.

Mais recentemente, desgastou-se ao hesitar na condenação do Hamas pelo ataque terrorista a Israel, o que o levou a fazer um segundo discurso na Câmara para retificar seu posicionamento. Também teve de deixar de lado a defesa pública das greves de metroviários que atormentaram São Paulo. Com origem na elite paulistana, passagem pelo MDB e, até terça (9), participação na gestão do prefeito emedebista Ricardo

Nunes, Marta Suplicy proporciona o contraste planejado por Lula. Ademais, ex-ministra e ex-prefeita com aprovação em redutos relevantes da cidade, junta à chapa experiência administrativa que falta a Boulos.

Não há como prever o quanto isso resultará em votos, mas parece lógico supor que o candidato do PSOL pouco ou nada ganharia com um vice de perfil similar ao seu. Mais incerto ainda —e mais importante— é o que a adesão poderá significar em termos programáticos. A busca por moderação e novas ideias se estenderá, em caso de vitória, às ações da prefeitura?

Nem o governo Lula oferece até aqui resposta clara a essa questão. O presidente demonstra compreender seus limites políticos e a necessidade de negociação com outras forças, mas iniciativas suas e a conduta de seu partido revelam o apego a teses que já deveriam ter sido sepultadas pelo aprendizado.

Equador exhibe os sintomas agudos do narcopoder na América Latina

Fracasso de políticas de segurança e corrupção levaram a uma situação de equilíbrio entre facções fortalecidas e um Estado fraco

Bruno Boghossian

No mês passado, 31 pessoas foram presas numa operação contra o crime organizado no Equador. Entre os alvos estavam juízes, promotores, policiais e um general que havia comandado o sistema penitenciário do país. Todos eram acusados de proteger um chefe do tráfico. A ação foi batizada de Metástase. A crise da segurança no Equador exhibe os sintomas mais agudos do fortalecimento do narcopoder na América Latina. Facções do tráfico se espalham por órgãos da estrutura do Estado, assumem o controle de territórios e postos estratégicos e, com certo desembaraço, usam o terror para desafiar autoridades.



Anos de fracasso de políticas de segurança e uma dose de corrupção permitiram que as quadrilhas equatorianas acumulassem poder econômico, arsenais, recursos humanos e capacidade de organização para coordenar os ataques registrados no país nos últimos dias. Desde 2019, presidentes do Equador assinaram 40 decretos de estado de exceção para combater o crime organizado. A abordagem "mano dura" na segurança pode ter funcionado em campanhas eleitorais, mas foi ineficaz contra o que analistas classificam como uma situação de equilíbrio: facções cada vez mais poderosas e um Estado fraco.

Decisões pontuais como estados de exceção, militarização de ações de segurança e aumento de penas foram capazes de sufocar rebeliões em presídios ou interromper ondas de violência, mas só consolidaram o equilíbrio. A conclusão é dos pesquisadores Jorge Mantilla e Maria Fe Vallejo e da secretária de Segurança de Quito, Carolina Andrade, num artigo no Journal of Strategic Security.

Além da falta de uma política abrangente e de longo prazo para combater o crime e recuperar territórios dominados, as facções do tráfico se sentem ainda mais dispostas a disputar o poder e enfrentar as forças de segurança quando estão protegidas pela estrutura paralela que financiam dentro do Estado. Não há império da lei se os criminosos fazem parte da corte.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 11.01.2024 – PÁG. A3

Ministério do Trabalho: protagonismo na defesa do emprego

Pasta reassumiu o seu papel na arena político-econômica brasileira

Luiz Marinho



Em 2023, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) reassumiu o seu protagonismo na arena político-econômica brasileira. Voltou ao posto de principal agente de promoção, mediação, formulação, indução e acompanhamento de políticas públicas para geração de mais e melhores empregos e defesa do trabalho digno e decente.

Os últimos 12 meses foram marcados pela reconstrução de um espaço que começou a ser destruído após o golpe contra a presidenta Dilma. A pauta trabalhista experimentou retrocessos em série, tendência que chegou ao apogeu em 2019, no

momento que a própria pasta foi descontinuada.

O trabalho do governo Lula concentra-se então em dar respostas aos diversos anseios da sociedade. Práticas como o trabalho remoto e a jornada de quatro dias surgiram ou ganharam espaço no século 21, porém convivem com chagas que remontam ao período colonial. De janeiro de 2023 até o início de dezembro, o MTE atuou para resgatar pessoas em trabalho análogo à escravidão: foram 3.151 registros, o maior resultado dos últimos 14 anos.

Aumentamos as fiscalizações de combate ao trabalho infantil. De janeiro a novembro de 2023, foram confirmados 1.345 casos de trabalho infantil, com um total de 2.255 crianças e adolescentes nessa condição; 68% tinham entre 16 e 17 anos; 20% entre 14 e 15 anos; e 12% com até 13 anos. Em relação ao gênero, 76% eram meninos, e 24% eram meninas.

A geração de vagas de empregos, de janeiro a novembro, chegou a 1.914.467, resultado positivo nos cinco grandes grupamentos econômicos e nas 27 unidades da federação. Com isso, o estoque total recuperado para o Caged foi de 44.358.892 postos de trabalho formais.

Outro ponto a se destacar foi criação de grupos tripartites –governo, trabalhadores e empregados– para tratar de temas como valorização da negociação sindical e regulamentação do trabalho por aplicativos –que pretendemos apresentar à sociedade no primeiro semestre. O retorno da política de valorização do salário mínimo, que em 1º de janeiro passou a ser de R\$ 1.412, é um importante farol que traz a expectativa de um crescimento do poder aquisitivo da classe trabalhadora brasileira. Esse indexador tem o poder de influenciar no processo de crescimento da massa salarial nos próximos anos, de baixo para cima, nas negociações e pisos salariais, na base da pirâmide salarial. A perspectiva é que haja reflexos no perfil salarial extremamente baixo na base da pirâmide.

Vale lembrar: caso a política de valorização tivesse sido mantida no período de 2005 a 2024, o valor do salário mínimo chegaria a R\$ 1.492. Por outro lado, se o mínimo fosse corrigido apenas considerando a inflação —sem levar em conta a política de valorização, criada no primeiro mandato do presidente Lula, mantida pela presidente Dilma e abandonada em 2019 pelo governo— em 2024, seu valor seria de R\$ 742 (53% do valor efetivo de R\$ 1.412).

Especialistas apontam que o salário mínimo foi a principal ferramenta durante os governos Lula e Dilma para tirar o Brasil do Mapa da Fome. Portanto, apostamos que, junto com o Bolsa Família, reclassificado, terá a capacidade de retirar novamente nosso país dessa condição, provocando um processo de distribuição de renda e, seguramente, com impactos também no PIB.

Estamos mostrando mais uma vez que para gerar empregos é preciso segurança, previsibilidade e estabilidade econômica, inflação sob controle, crescimento econômico e o Estado como indutor do processo econômico. O Brasil já é o segundo endereço mais procurado para investimento internacional, o que tem potencial para provocar crescimento e consequentemente a geração de empregos com melhores salários.

O êxito do G20 pode abrir caminho para o sucesso da COP30

G20 é o melhor fórum para uma reforma da arquitetura financeira mundial

Maiara Folly

Nos próximos anos, as principais decisões que podem definir o futuro do planeta passarão pelo Brasil. O país, que em 2024 preside o G20 —o grupo das maiores economias do mundo—, será o anfitrião em 2025 da 30ª edição da Conferência das Partes da Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas, a COP30, que será realizada em Belém.

O êxito de uma iniciativa pode pavimentar o caminho para o sucesso da outra. Apesar de os resultados da COP28 terem ficado aquém do necessário, os países assumiram pela primeira vez na história o compromisso de realizar a transição dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos e concordaram em triplicar a capacidade de energia renovável e duplicar a eficiência energética até 2030.





CLIPPING

DATA

11.01.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

8 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

No entanto, para que essas medidas saiam do papel, é preciso superar o desafio do financiamento. Enquanto os países desenvolvidos seguem sem cumprir a promessa de alocar anualmente US\$ 100 bilhões para o financiamento climático, as nações em desenvolvimento necessitam de quase US\$ 6 trilhões para cumprir até 2030 as suas metas de redução de gases poluentes, as contribuições nacionalmente determinadas (NDCs). Essa tarefa é ainda mais complexa quando se considera que quase metade da população mundial reside em países altamente endividados, nos quais mais recursos são destinados ao pagamento de juros de dívidas do que a serviços essenciais, como saúde e educação.

Nesse contexto, o G20 pode fazer a diferença. Como principal fórum de cooperação econômica internacional, pode gerar consensos políticos para criar as condições financeiras que permitam que a transição para economias mais verdes também seja socialmente justa. O Brasil reconheceu essa necessidade ao definir o lema da sua presidência do G20 como "Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável" e também ao estabelecer a Força-tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima.

Junto às demais instâncias do G20, essa força-tarefa tem o potencial de facilitar que o mundo chegue a Belém com maiores chances de evitar o cenário catastrófico representado pelo aumento da temperatura global em mais de 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais. Em primeiro lugar, a liderança dos países responsáveis por 80% do PIB mundial pode gerar um ambiente político favorável para que uma nova e robusta meta coletiva de financiamento climático seja acordada na COP29, marcada para novembro deste ano, no Azerbaijão.

Em segundo lugar, o G20 é o fórum melhor posicionado para impulsionar uma profunda reforma da arquitetura financeira internacional, que precisa deixar de servir aos interesses de uma minoria de países já desenvolvidos, detentores da maior parte do poder de voto em instituições como o FMI e o Banco Mundial. Em 2025, durante a COP30, os países terão que revisar as suas NDCs para apresentar metas climáticas mais ambiciosas, abrangendo todos os setores econômicos. Até lá, caso o G20 não consiga impulsionar caminhos viáveis para que o financiamento chegue à escala necessária e em termos mais favoráveis aos países que mais precisam, sem provocar níveis de endividamentos insustentáveis, os negociadores chegarão a Belém sem credibilidade para demandar mais ambição. Pior ainda: sem garantir os meios de implementação para construir um "Mundo Justo e um Planeta Sustentável", conforme almeja a presidência brasileira do G20.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 11.01.2024 – PÁG. A4

Lewandowski será o substituto de Dino no Ministério da Justiça de Lula

Ex-presidente do STF definiu detalhes do anúncio em reunião nesta quarta-feira



O ministro aposentado do STF (Supremo Tribunal Federal) Ricardo Lewandowski vai assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública no governo Lula (PT). Detalhes do anúncio, que deve ocorrer nesta quinta-feira (11), foram discutidos em reunião nesta quarta-feira (10).

Lewandowski, 75, vai substituir Flávio Dino, que deixa a pasta para assumir uma vaga no Supremo. Dino foi sabatinado e aprovado pelo plenário do Senado, em dezembro passado.

Lewandowski foi recebido por Lula para um café da manhã na residência oficial do Palácio da Alvorada na manhã de segunda-feira (8). O magistrado aposentado viajou a Brasília para participar da cerimônia no Congresso Nacional que marcou o primeiro aniversário dos atos golpistas de 8 de janeiro. No início da noite desta quarta, houve um novo encontro de Lewandowski e Lula, também com Dino, no Alvorada.

Na reunião, Lula tratou com Lewandowski e Dino sobre a montagem da futura equipe da Justiça e temas de relevância da pasta. Na ocasião, de acordo com aliados, Dino intercedeu novamente pelo atual secretário-executivo do ministério, Ricardo Cappelli, na tentativa de preservá-lo no cargo. O magistrado aposentado, no entanto, reiterou o desejo de contar com uma pessoa de sua confiança no segundo posto mais importante do ministério. Dessa forma, auxiliares de Lula dizem que a tendência é que Cappelli deixe o governo. Lula, Lewandowski e Dino terão, segundo a agenda oficial, nova reunião na manhã desta quinta, quando o anúncio oficial é esperado.

A demora na oficialização ocorre porque Lewandowski vinha trabalhando em nomes da sua futura equipe e, principalmente, buscava organizar seu escritório de advocacia. A expectativa do Planalto é a de que a transição ocorra da forma mais tranquila o possível, preferencialmente com a participação de Cappelli. O número dois de Dino, no entanto, avisou a aliados que não deve aceitar um convite que represente um rebaixamento hierárquico. Interlocutores no governo apontaram que o ministro aposentado sempre esteve entre os favoritos para o cargo de ministro da Justiça, especialmente depois de Lula desistir da ideia de nomear uma mulher para a vaga. Seu nome ainda surge como uma escolha de consenso, para encerrar as disputas na esquerda em torno da sucessão de Dino, filiado ao PSB.

Lewandowski deixou o STF em abril passado, ao completar 75 anos —idade máxima para ministros da Corte. Ele foi substituído na ocasião pelo advogado de Lula, Cristiano Zanin. Fora do Judiciário, o ministro aposentado manteve uma relação de proximidade com o governo e com Lula, de quem é amigo. Ele chegou a integrar a comitiva do governo que viajou aos Emirados Árabes Unidos, para a COP-28. O jurista foi



CLIPPING

DATA

11.01.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

10 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

indicado para o Supremo pelo próprio Lula, em 2006. Ele chefiou a Corte de 2014 a 2016, tendo inclusive presidido o julgamento do impeachment da então presidente Dilma Rousseff.

Além de Lewandowski, outro nome que era mencionado como potencial candidato ao cargo era o de secretário de assuntos jurídicos da Presidência, Wellington César Lima e Silva. De acordo com aliados, a consequência direta da nomeação de Lewandowski é a perda de espaço do PSB na Justiça, enquanto postos ligados ao PT devem ser preservados. Segundo pessoas próximas a Lewandowski, é certo que ele fará questão de montar sua própria equipe e indicar postos-chave do ministério, como a secretaria-executiva e a Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública).

Pessoas próximas a Lewandowski dizem que ele não deve mexer em muitos cargos, mas optará por secretários com experiência nas respectivas áreas e perfis mais discretos —Cappelli ficou sob os holofotes desde que assumiu como interventor da segurança do Distrito Federal, após os ataques golpistas de 8 de janeiro. Hoje o principal cotado para a secretaria-executiva é o advogado baiano Manoel Carlos de Almeida Neto. Ele já foi assessor de Lewandowski, de quem é próximo há mais de duas décadas, e teve por ele o nome defendido para a penúltima vaga aberta no STF. Neto é desde 2016 diretor jurídico da Companhia Siderúrgica Nacional.

Hoje auxiliares de Lula que participam das conversas dão como certeza a permanência de dois nomes, como compromisso firmado pelo próprio presidente: o petista Wadih Damous na secretaria do Consumidor e Andrei Rodrigues como diretor-geral da PF (Polícia Federal). Andrei atuou na segurança do petista ainda durante a campanha e ampliou sua confiança junto ao mandatário.

Damous, por sua vez, é amigo de Lula e atuou na sua defesa em casos da Lava Jato. Ele assumiu mandato de deputado federal pelo Rio de Janeiro na legislatura 2015-2019, quando Benedita da Silva (PT-RJ) se afastou temporariamente da cadeira na Câmara. Além de Damous, a expectativa é de que sejam mantidas Tamires Sampaio e Sheila de Carvalho na assessoria especial do ministério.

As duas são ligadas ao PT, sendo que Carvalho também é presidente do Conare (Comitê Nacional para os Refugiados). Por outro lado, nomes próximos a Dino que ocupavam outros cargos de destaque e são filiados ao PSB devem deixar a pasta. Cappelli chegou a ser cotado para um eventual Ministério da Segurança Pública, caso a pasta fosse recriada, o que não deve ocorrer. Depois, aliados passaram a defender seu nome para a Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública), mas Cappelli disse não ter interesse na secretaria.

O atual secretário nacional de Segurança Pública, ex-deputado Tadeu Alencar (PSB), deve deixar o posto, considerado muito relevante para aliados de Lewandowski. Já o posto de Elias Vaz, também ex-parlamentar do PSB e secretário de Assuntos Legislativos, ainda não entrou em discussão. O atual secretário nacional de Justiça, Augusto Botelho, é próximo a Lewandowski, mas assessores palacianos dizem que isso não é garantia da sua permanência. Com a saída de Dino, o PSB terá duas pastas na Esplanada: o ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com Márcio França; e o do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço, com o vice-presidente Geraldo Alckmin.

JORNAL – O HOJE – 11.01.2024 – PÁG. 05

“Contou com a conivência de muitos atores”, diz cientista político sobre 8/1

Constitucionalista consultado pelo O Hoje, por sua vez, chama atenção para a importância do STF na preservação da ordem

Felipe Cardoso e Francisco Costa

Alguns dias se passaram desde a memória do 8 de janeiro de 2023, data marcada por atos golpistas contra as sedes dos três Poderes, em Brasília. Para o constitucionalista e professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Clodoaldo Moreira, após mais de 12 meses do ocorrido, “percebe-se a reafirmação da importância da atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) na preservação da ordem democrática no Brasil”.



Segundo ele, a Corte desempenhou um papel crucial ao defender a Constituição, garantir a independência do Judiciário e responsabilizar os envolvidos nos atos violentos. “Do ponto de vista jurídico, é importante destacar a necessidade contínua de fortalecer as instituições democráticas, preservar a harmonia entre os poderes e assegurar o respeito às decisões judiciais para manter o equilíbrio democrático.”

É preciso dizer que dos mais de 2 mil detidos pelo 8 de janeiro, 66 ainda estão presos. Destes, 25 são investigados por financiar os atos golpistas contra os três Poderes, em Brasília. Outros 33 receberam denúncia por executar e oito já foram condenados.

Até o momento, o STF julgou 30 dos cerca de 200 denunciados por envolvimento no episódio. A primeira condenação ocorreu em 14 de setembro de 2023. O réu foi Aécio Lúcio Costa, de 51 anos. Ele recebeu uma pena de 17 anos de prisão pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, ano qualificado, deterioração de patrimônio tombado e associação criminosa armada.

Os demais condenados tiveram penas semelhantes. Estas variaram de 12 a 17 anos de prisão. Clodoaldo emenda que o aprendizado sobre o fatídico dia “reside na constante vigilância e compromisso com a defesa dos valores democráticos, bem como na importância de um Judiciário independente na promoção da justiça e no combate a atos que ameacem a democracia”.

Ainda latente

Deputado federal, José Nelto (PP) afirma que a democracia resistiu “a intentona golpista do dia 8 de janeiro, mas ainda não sepultamos essa ideia golpista no País. Ela está latente na cabeça de uma elite branca, privilegiada, de pessoas fascistas, que não reconhece o desejo das pessoas, que não respeita a vontade dos eleitores e sempre tem nas suas mentes que a saída é uma saída do autoritarismo e de uma ditadura”.



CLIPPING

DATA

11.01.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

12 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Para ele, isso é bem claro para a classe política, o que se evidencia na divisão que o País ainda permanece. “Agora, o que nós podemos deixar bem claro que começa uma consciência que quem subverter a ordem democrática terá que ser punido. Então, eu lamento que a justiça brasileira não seja tão célere como a Justiça de outros países”, argumenta.

Para ele, os militares envolvidos já deveriam ter sido punidos, pois são os verdadeiros culpados. “Juntamente com o Bolsonaro, quando permitiram que as portas dos quartéis viraram trincheira do golpismo. O Exército brasileiro estava conivente. Imagina você, no período da ditadura militar, se alguém poderia, pelo menos, encostar um carro na porta dos quartéis brasileiros, aquele carro seria fuzilado. Então, tudo que aconteceu no Brasil, teve a conivência de uma parcela das Forças Armadas brasileiras”, acusa. Também questionado sobre o aprendizado, Nelto pontua que é preciso mudar as instituições, fortalecê-las para que nunca mais no País tenha essa intentona golpista, seja de qualquer viés ideológico.

Visão

Professor e cientista político, Marcos Marinho não vê o 8 de janeiro como um acidente na história. “Não foi uma catarse coletiva que aconteceu do nada, foi um momento orquestrado, fomentado por bastante tempo. Pelo menos durante quatro anos houve um trabalho muito bem feito através de redes sociais, de grupos de Whatsapp, onde foi se construindo toda aquela mitologia da intervenção militar com o Bolsonaro no poder. Então você teve um momento ali de ação orquestrada, planejada, que foi trabalhada e insuflada por um longo período por um grupo que sabia muito bem o que estava fazendo.”

Segundo ele, havia possíveis resultados esperados que passaram batidos por muita gente. Ela ressalta que não seria possível, por aquele tipo de invasão, tomar o poder, mas a maioria dos que praticaram o ato não tinham essa noção. “Talvez muitos ali o fizeram acreditando que, de fato, eles iam conseguir derrubar o Lula e assumir o poder. Mas havia toda uma orquestração por trás daquilo. Então, o que está claro é que houve toda uma orquestração, muito financiamento, muita preparação, até a maneira de motivar ali as pessoas a executarem aquele ato”, reforça.

Para ele, ficou explícito que é possível mobilizar grupos para ações completamente irracionais e que, de fato, há grupos hoje no Brasil com extrema capacidade de mobilização. “Óbvio que contou com a leniência, conivência de muitos atores sociais importantes, principalmente dentro das fileiras da segurança pública”, expõe.

Sobre os envolvidos, Marinho acredita que boa parte não se arrepende e não crê ter feito algo errado. Inclusive, muitos continuam acreditando em ideias extremistas que os levaram aquilo. “Em relação a avanços na área da regulação das mídias, não aconteceu nada, ainda. Então, é preocupante essa terra de ninguém, que é a web hoje, porque é óbvio que aquilo aconteceu, né? O 8 de janeiro aconteceu, porque havia essa possibilidade de disseminar conteúdo e de manter comunicação e coordenação através da tecnologia da informação e comunicação.”

Ainda assim, ele vê um País mais tranquilo. Ele vê a população na rotina, mais preocupada se a carne está mais barata, se a gasolina está mais barata... Deste modo, ele argumenta que as instituições é que devem se preocupar, pensar em como deixar processo democrático mais seguro e mais estável. “Passou o susto. Quem

“tinha que se preocupar, se vai ou não ser preso ainda está preocupado, mas outros estão seguindo a vida. Então, o país está seguindo a sua normalidade caótica, a verdade é essa”, arremata.

Pesquisa

89% dos brasileiros reprovam as invasões aos prédios dos Três Poderes ocorridas em 8 de janeiro de 2023, em Brasília. Os atos golpistas são aprovados por 6%. Outros 4% não souberam ou não quiseram responder. Os dados, publicados em 7 de janeiro deste ano, fazem parte de levantamento da Quaest, realizado entre os dias 14 e 18 de dezembro de 2023. Foram 2.012 entrevistas presenciais com brasileiros com 16 anos ou mais, em 120 municípios.

A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais, e o nível de confiança é de 95%. O levantamento foi financiado pela plataforma Genial Investimentos, que opera no mercado financeiro. A pesquisa também pergunta se “Bolsonaro teve algum tipo de influência no 8 de janeiro?” 47% dos entrevistados disseram que sim e 43% que não. 10% não souberam ou não quiseram responder.

JORNAL – DIÁRIO DE APARECIDA – 11.01.2024 – PÁG. 3

Lula quer cautela sobre o Equador para evitar ataques da oposição à segurança pública do Brasil

Clarissa Oliveira



O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai tratar com muita cautela a polêmica que atinge o Equador. A ordem é, antes de tudo, assegurar a assistência adequada aos brasileiros que se encontram no país. Mas há também uma preocupação com o risco de “contaminação política”, avaliou uma fonte próxima do presidente em conversa com a CNN.

Embora cada país tenha características e realidades totalmente distintas, há a preocupação com o risco de a oposição pegar carona no assunto para atacar a política de segurança pública do governo federal. O tema da segurança e as críticas aos esforços federais de combate a facções criminosas já embalam há tempos o discurso de setores ligados ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

Ontem, o Itamaraty divulgou nota afirmando que acompanha “com preocupação” a situação e que “condena as ações de violência conduzidas por grupos criminosos organizados” no Equador. Nesta manhã, o presidente Lula também chamou uma reunião com o chanceler Mauro Vieira e o assessor especial para Assuntos Internacionais, Celso Amorim, para discutir o assunto.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 11.01.2024 – PÁG. POLÍTICA

Pressão pelo fim das "saidinhas"

Projeto para acabar com as saídas temporárias de presos está parado no Senado e virou motivo de discussão após morte de PM

Ândrea Malcher

O assassinato do sargento Roger Dias da Cunha, em Belo Horizonte, cometido por um detento que não se reapresentou após a saidinha de Natal, reacendeu o debate sobre um projeto de lei (PL) que busca extinguir o benefício.

O texto foi aprovado pela Câmara em agosto de 2022 e está no Senado, sob a relatoria de Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Ante a repercussão do homicídio em Minas e dos três condenados por associação ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro, que também eram esperados nas penitenciárias do estado e não retornaram, o senador comentou que a proposta estaria travada na Casa.

“Em maio de 2023, fui designado relator do PL que acaba com o saidão dos presos. Em um mês, já apresentei o relatório favorável ao PL. Por manobras regimentais de senadores do PT, que são favoráveis aos saidões, ele está parado há quase sete meses sem ser votado. Vamos honrar o sargento PM Dias”, postou Flávio nas redes sociais. “São recorrentes os casos de presos detidos por cometerem infrações penais durante as saídas temporárias.”



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), rebateu a declaração do filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), afirmando que “não houve inércia” de sua parte. “Alguns desavisados e alguns demagogos atribuíram ao Senado inércia em relação a esse projeto. Não houve inércia do Senado. O projeto chegou ao Senado, e eu, como presidente, despachei à Comissão de Segurança Pública”, enfatizou.

O PL, de autoria do deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), está parado no Senado desde outubro de 2023, aguardando votação na Comissão de Segurança Pública (CSP).

As declarações de Flávio Bolsonaro têm um alvo definido: o senador Fabiano Contarato (PT-ES). O líder da bancada petista pediu vista do parecer, ou seja, mais tempo para análise.

Ao Correio, Contarato disse que pediu vista em 26 de setembro do ano passado, “para fazer uma avaliação técnica do texto e garantir que a lei penal seja aplicada de maneira correta e justa”.

“Outros parlamentares também fizeram a solicitação, e foi concedida vista coletiva. Dois dias depois, ainda em 28 de setembro, o meu mandato (gabinete) já havia devolvido a proposta, e o projeto estava incluído de volta na pauta de votação da comissão.”

Contarato também ressaltou que a apreciação do texto foi adiada em 3 de outubro, “não por qualquer pedido meu ou do PT”. E no dia 17 do mesmo mês, acabou sendo retirado de pauta. “O relator apresentou novo relatório favorável ao texto. Nesse caso, caberia um novo pedido de vista, que não foi feito por nenhum integrante da comissão”, observou o petista. Segundo o senador, a matéria foi incluída novamente na pauta do colegiado em 26 de outubro e 6 de novembro, “mas a apreciação não foi feita pelos parlamentares”.

“Portanto, cabe reforçar que, apesar de ter pedido vista do PL em 26 de setembro, como um direito parlamentar, fiz a análise do texto em apenas dois dias e o devolvi à CSP. A matéria, desde então, foi trazida em cinco ocasiões posteriores, inclusive com retirada de pauta e apresentação de novo relatório. Atribuir a mim qualquer tipo de atraso na apreciação e votação do projeto é propagar informações falsas”, frisou Contarato.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 11.01.2024 – PÁG. BRASIL

"A saúde mental é uma preocupação do programa"

Para o especialista, é importante que sejam oferecidos medicamentos para o bem-estar psicológico, devido aos impactos causados pela pandemia. Outra questão a ser contemplada é ampliar o rol de produtos voltados ao conforto da mulher

Isabel Dourado



Embora ainda não tenha medicamentos relacionados à saúde mental — como antidepressivos e ansiolíticos — no rol que é oferecido à população, o Farmácia Popular pode incorporá-los. Foi o que disse o coordenador do programa, Bruno Baltazar, em entrevista, ontem, ao CB.Poder — uma parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília.

Ele reconhece que o bem-estar mental tornou-se uma das principais preocupações sociais, sobretudo depois da pandemia. O Farmácia

Popular, porém, estuda incluir absorventes e ampliar a lista de produtos voltado para a saúde da mulher — uma vez que já oferece medicamento contra a osteoporose e contraceptivos. Leia a seguir os principais pontos da entrevista.

O que mudou, neste terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Farmácia Popular?



CLIPPING

DATA
11.01.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
16 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

O programa completa 20 anos, este ano, e estava mesmo saindo da prioridade do governo federal. Tiveram alguns cortes de orçamento e, na de 2023, foi 60%. E com a troca de governo, a gente retomou a propriedade do Farmácia Popular e, em junho, o relançamos com algumas novidades. Nesse período, um número que a gente pode dar é a retomada no atendimento a 2 milhões de pessoas que tinham deixado de ser contempladas pelo programa.

Foram acrescentados dois medicamentos no rol do Farmácia Popular, para osteoporose e os anticoncepcionais. Quais foram as outras introduções que o governo fez e pretende fazer este ano?

No relançamento, a gente teve três ações prioritárias. Uma é a saúde da mulher, que terão acesso aos medicamentos para osteoporose e aos contraceptivos — antes oferecidos em regime de copagamento, ou seja, o Ministério da Saúde pagava uma parte e o usuário pagava outra. Agora, a gratuidade é total. Qualquer mulher no Brasil pode procurar uma farmácia credenciada e retirar esses medicamentos de graça. A outra grande novidade foi a gratuidade de todos os beneficiários do Bolsa Família. Cerca de 55 milhões de pessoas, hoje, têm acesso a 39 medicamentos e à fralda geriátrica, que faz parte do elenco do programa. A terceira novidade foi a reabertura do credenciamento: abrimos vagas para farmácias que ficam localizadas em 811 municípios, que não eram atendidos pela Farmácia Popular. O critério que a gente colocou para prioridade, nesse momento, eram aqueles municípios que aderiram ao programa Mais Médicos e que são classificados como de alta e de muito alta vulnerabilidade. Desses 811 municípios, 94% deles estão nas regiões Norte e Nordeste. Isso também ajuda a diminuir as desigualdades regionais, ampliando o acesso aos medicamentos para a população que mais necessita.

O trabalho do programa é muito sintonizado com o Mais Médicos, que também foi retomado. As prioridades têm sido as regiões mais vulneráveis?

Isso. O Farmácia Popular, desde o início, esteve vinculado e caminhando junto com outros programas, seja de saúde, seja social. Lá atrás, a gente caminhou com o programa Brasil sem Miséria, levando também o Farmácia Popular aos municípios que eram classificados como prioritários para a erradicação da extrema pobreza. Estivemos juntos com o Mais Médicos, tanto na primeira edição quanto agora. Sempre caminhamos juntos e, agora, com o Bolsa Família e o Mais Médicos. Sempre atuamos junto com os outros programas, um fortalecendo o outro. Sabemos que não só no Brasil, mas em outros países que não são desenvolvidos, o impacto dos medicamentos no orçamento familiar é muito maior na baixa renda do que nas de média e alta renda. Quando trazemos a gratuidade para os beneficiários do Bolsa Família, também é uma forma de transferência de renda. Essa família gastaria recursos para adquirir medicamentos e deixa de investir nisso para gastar em outras necessidades.

Quem não é do Bolsa Família tem desconto para comprar esses medicamentos nas farmácias populares?

Temos duas modalidades no programa: a gratuidade e o copagamento. Para a população em geral, todos os medicamentos que fazem parte do elenco — que são os indicados para hipertensão, diabetes, asma e, agora, para osteoporose, além dos contraceptivos — são gratuitos. Para quem não é do Bolsa Família, as outras indicações — que são rinite, doença de Parkinson, colesterol alto, glaucoma — são com copagamento. O Ministério da Saúde paga até 90% do valor de referência e o usuário dá o restante do valor.

Nesses 20 anos do programa, há intenção de ampliar o atendimento voltado para a saúde da mulher, com a distribuição de absorventes e, eventualmente, de antidepressivos e ansiolíticos?

Depois da pandemia, a saúde mental foi muito prejudicada. Tivemos um aumento nos casos de ansiedade e depressão. Estão no radar do Ministério da Saúde para termos um investimento nessas ações. Colocamos no Plano Plurianual a inclusão de novas indicações para o programa, mas não temos fechado quais são. Estamos estudando quais medicamentos serão adicionados, mas a saúde mental está no nosso radar.

Em relação aos absorventes, também é importante. Muitas mulheres não têm condição de comprá-los e é uma necessidade básica...

O Ministério da Saúde está estudando qual será a melhor forma de implementação do programa de dignidade menstrual, lançado no ano passado. Está em fase de implementação e verificando qual será a melhor forma de fazer essa distribuição. Em breve, vamos ter um anúncio de como será feita. É uma questão muito importante, assim como a dos medicamentos, pois impacta o orçamento das mulheres. Diferentemente do que muita gente acha, não é só um produto de higiene — é um produto de saúde. O programa de dignidade menstrual também tem outras ações, além da distribuição de absorventes. É um programa interministerial.

O Ministério da Saúde anunciou, na semana passada, o aumento de 700%, em 2023, no credenciamento de estabelecimentos do Farmácia Popular, se comparado com 2022. Por que?

O credenciamento é algo que acontece desde o início. Quando o estabelecimento se desvia das regras do programa, e comete alguma irregularidade, umas das possibilidades possíveis é aplicação de multa. Faz parte de uma rotina de qualquer credenciamento, seja no Farmácia Popular, seja em qualquer outro programa. Desde que retomamos os monitoramentos, houve esse aumento do credenciamento. Não é algo fora do histórico do programa, mas esse aumento se deve à inércia da gestão anterior, que não estava monitorando corretamente.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 11.01.2024 – PÁG. OPINIÃO

Amparo para órfãos do feminicídio

GDF pagará um salário mínimo a crianças e adolescentes que perderam a mãe para a violência covarde do pai ou padrasto

Cida Barbosa

Um alento para crianças e adolescentes em vulnerabilidade que perderam a mãe para o hediondo feminicídio. Cada um deles terá direito a receber auxílio de um salário mínimo — atualmente em R\$ 1.412. O benefício será pago mesmo se a família estiver recebendo outro amparo financeiro. Isso é muito importante: uma ajuda não implicará o corte de outra.

O programa Acolher Eles e Elas, iniciativa do governo do Distrito Federal, foi aprovado pela Câmara Legislativa no ano passado. O orçamento para viabilizá-lo sairá da Secretaria da Mulher, que está



fazendo a busca ativa das famílias. As que ainda não foram contatadas podem ligar para os números 3330-3118 ou 3330-3105 e serão orientadas sobre os documentos necessários e o agendamento para atendimento individual. Após essas etapas, segundo a pasta, os órfãos receberão o cartão-benefício em até 30 dias. Pelo menos 352 crianças e jovens de até 18 anos têm direito a esse auxílio, conforme a secretaria.

Em nível federal há uma lei similar, sancionada em outubro passado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A pensão especial, de até um salário mínimo, é destinada a filhos e dependentes, menores de 18 anos, de mulheres vítimas de feminicídio. O amparo financeiro é uma questão urgente. O Estado tem o dever de socorrer crianças e adolescentes que ficaram em situação de vulnerabilidade econômica, seja porque a mãe era a provedora do lar, seja porque o assassino é pai ou padrasto deles e está preso ou se matou após cometer a perversidade— como aconteceu em diversos casos.

Também é imprescindível a assistência psicológica a meninas e meninos ante a dimensão do trauma. A vida deles mudou radicalmente por causa da violência, um abalo que vai se estender por toda a sua existência. Perder a mãe de forma brutal, não poder mais desfrutar do carinho, do amor, da atenção dela é um sofrimento inimaginável. E alguns deles, inclusive, presenciaram a atrocidade. Como aconteceu ontem, no Gama. Uma garotinha de 5 anos viu o pai assassinar a mãe a tiros. Uma dupla barbárie cometida pelo covarde. Ela e tantas outras vítimas indiretas do feminicídio precisam tratar essa dor dilacerante.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 11.01.2024 – PÁG. A9

Lula pode desistir de medida provisória da reoneração, diz Jaques Wagner

Esforço é para evitar que o presidente do Senado devolva a matéria

Julia Lindner, Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon

Em busca de um acordo com o Congresso Nacional, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), admitiu nessa quarta-feira (10) a possibilidade de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva abrir mão da medida provisória (MP) que trata da reoneração de 17 setores intensivos em mão de obra. A matéria poderia ser substituída por projetos de lei ou ganhar uma nova versão. O esforço é para evitar que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), devolva a matéria.



Wagner falou sobre o tema após uma reunião com Pacheco e com o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, na residência oficial da Presidência do Senado. O encontro durou cerca de duas horas. Na segunda-feira, Jaques também acompanhou uma conversa entre o presidente da Casa e Lula, no Palácio do Planalto.

Segundo o líder do governo, só haverá decisão após um encontro entre Pacheco e o ministro Fernando Haddad (Fazenda), prevista para segunda-feira (15). Haddad está



CLIPPING

DATA

11.01.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

19 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

de férias em São Paulo nesta semana. “O que está se tentando fazer, como diria um amigo meu sindicalista, é não matar o boi e nem deixar o freguês sem carne. Parece bem difícil, mas nós vamos encontrar o caminho. Eu não trabalho com a hipótese de devolução. Ela não está sendo posta na mesa. Está se discutindo os pontos mais densos e o que podemos fazer para que isso se transforme em um novo acordo”, disse o líder do governo à imprensa.

“Pode ser essa forma de retirar a MP e enviar outros projetos, pode ser a forma de outra MP. Eu não acho nunca que tem que andar para trás, temos que andar para frente”, apontou Wagner como possíveis soluções. Ele também não descartou uma eventual judicialização do caso. Na terça (9), durante reunião de líderes, um grupo de senadores pressionou Pacheco a devolver a medida. A MP tem enfrentado resistências no Congresso Nacional porque os parlamentares temem demissões pelos 17 setores atingidos que empregam nove milhões de pessoas. Para Jaques, no entanto, o sentimento de Pacheco não é pela devolução. Secretário-executivo da Fazenda, Dario Durigan afirmou que a pasta gostaria que o Congresso Nacional considerasse o impacto fiscal da reoneração.

“O argumento técnico é dos números, do impacto, gostaríamos muito de ter esse impacto considerado para a tomada de decisão”, afirmou o número 2 da Fazenda.

Ele voltou a repetir que a premissa da MP, que também inclui um limite às compensações tributárias e o fim do Perse, um programa de incentivo ao setor de turismo, é buscar o equilíbrio das contas públicas — a Fazenda persegue a meta de déficit zero este ano. Nos cálculos da Fazenda, a desoneração dos setores cria uma renúncia de R\$ 16 bilhões este ano.

A Fazenda avalia que, caso os parlamentares não aproveem uma fonte de compensação, seria preciso mudar a meta. “Seguimos com a mesma premissa de que é importante equilibrar as contas públicas”, disse Durigan. O governo tem afirmado que a prorrogação da desoneração da folha é inconstitucional por não apresentar estimativa de impacto fiscal, exigida para a criação de benefícios. Mas advogados constitucionalistas e tributaristas ouvidos pelo Valor rebatem essa tese, já que o texto aprovado prorroga um programa que já existe e não cria nova medida.

O Partido Novo questionou no Supremo Tribunal Federal (STF) a MP. De acordo com o partido, não há urgência que justifique a apresentação da medida. A ação tem pedido de cautelar, para que sejam suspensos os efeitos da MP até a conclusão do julgamento do mérito. Não há previsão de julgamento. O relator é o ministro Cristiano Zanin. O partido alega, sobre a limitação das compensações, que admitir essa “manobra” seria o mesmo que “permitir uma contabilidade criativa em favor de qualquer governo de ocasião”, uma vez que o contribuinte não poderá exercer totalmente o seu direito fundamental de propriedade relacionado à crédito obtido após trânsito em julgado de decisão judicial.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 11.01.2024 – PÁG. E1

Carf livra banca de responder por autuação de cliente

Decisão derrubou pedido de responsabilização, que incluía banco e diretor da empresa

Beatriz Olivon

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) entendeu que o Citi DTVM e o BMA Advogados não poderiam responder solidariamente por impostos exigidos em duas autuações fiscais recebidas pela Tivit, do setor de tecnologia, por amortização indevida de ágio. A decisão é da 1ª Turma da 3ª Câmara da 1ª Seção, que derrubou, no mérito, as cobranças. Cabe recurso.

Os valores das autuações não foram divulgados. Mas o ágio discutido é de R\$ 1,17 bilhão. As cobranças, referentes ao período de 2011 a 2016, são de Imposto de Renda (ITPJ) e CSLL e incluem juros de mora, multa isolada de 50% e multa qualificada de 150% - aplicada quando há indício de fraude.

Nas autuações, o Fisco aponta amortização indevida de ágio, dedução em excesso de juros pagos ou creditados a título de remuneração do capital próprio (JCP) e aproveitamento fiscal indevido de despesas financeiras. Foi indicado também como responsável solidário um diretor da empresa na época.

Para a Receita Federal, ocorreu simulação em operação realizada para aquisição da Tivit, com uso de “empresa veículo”. O órgão aponta que a Dethalas Empreendimentos e Participações foi utilizada como meio para transportar, para os livros da fiscalizada, tanto a projeção do ágio pago em sua própria aquisição quanto um passivo resultante de empréstimo obtido para quitar parte dessa mesma operação. A partir de então, a Tivit teria passado a reduzir suas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por meio da amortização do ágio e de juros e outros encargos incidentes sobre o passivo.

Na incorporação da Dethalas, usada para adquirir a Tivit, o patrimônio líquido da empresa foi artificialmente aumentado, segundo a Receita. Isso levou ao pagamento de juros sobre o capital próprio em montante superior ao limite dedutível. Ainda de acordo com a fiscalização, a Tivit promoveu indevido aproveitamento fiscal de despesas da incorporada. A Receita Federal apontou o BMA Advogados como solidário por ter assumido “ampla assessoria em todo o processo de aquisição da Tivit”, segundo o processo. Para o Fisco, a sociedade de advogados “foi a responsável imediata pela aparente vida autônoma do boneco de vento em que se constituiu a Dethalas”.

Sobre o banco, a Receita afirmou que teve “intensa colaboração” na operação. E, em relação ao diretor, apontou que ele compunha o quadro de acionistas da Tivit e ocupava os cargos de diretor-presidente e presidente do Conselho de Administração e, na condição de acionista, beneficiou-se das “indevidas vantagens fiscais resultantes da utilização da Dethalas”.





CLIPPING

DATA
11.01.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
21 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Por maioria de votos (7 a 1), os conselheiros derrubaram as autuações e a responsabilização do diretor. E, por unanimidade, em uma análise paralela ao mérito, livraram a banca e a instituição financeira de terem que responder solidariamente. Prevaleceu, no geral, o voto da relatora, Maria Carolina Maldonado Mendonça Kraljevic.

Para ela, a constituição da Dethalas foi indispensável para a realização da operação de compra alavancada. “E, ainda que assim não fosse, não interessa ao Fisco se a Dethalas tinha outras formas de arrecadar os valores necessários para fazer frente à aquisição da Tivit”, afirmou. Com relação ao diretor, a relatora considerou que não foram apontados atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei. Apenas figurar como acionista, para ela, não seria o suficiente. Em seu voto, a relatora apontou ainda que o Citi DTVM não teve participação no benefício decorrente da economia proporcionada pelo suposto planejamento tributário, não tinha autonomia nem influência suficientes na gestão de fundo constituído na operação de forma a caracterizar a responsabilidade.

A conselheira ainda entendeu que o BMA Advogados não teve participação no benefício decorrente da economia proporcionada pelo suposto planejamento tributário e não ostentou função de diretor, gerente ou representante do sujeito passivo, mas de advogado, de forma que não detinha o poder decisório na pessoa jurídica para definir seus atos, de forma a caracterizar a responsabilidade.

No mérito, foi mantido apenas um ponto de uma das autuações (a que se dirige a intervalo entre 2014 a 2016). A Tivit lançou em sua contabilidade despesas no valor de R\$ 5,7 milhões que eram da Dethalas. A empresa alega que não houve prejuízo ao Fisco, mas a autuação foi mantida. Para a relatora, nesse caso não há comprovação de que a despesa da Dethalas era necessária à atividade da Tivit ou à manutenção da respectiva fonte produtora (processos nº 16561.720034/2019-17 e nº 16561.720034/2016-74).

O advogado da Tivit e do diretor, Roberto Quiroga, sócio do Mattos Filho, alegou no caso que a empresa fez uma dívida para comprar outra (compra alavancada), o que já havia sido aceito pela turma em outro caso. Havia uma justificativa e propósito negocial na criação da holding, segundo o advogado, que era obter o empréstimo. “É um precedente para casos de ágio em que há propósito negocial”, afirma. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) já recorreu em um dos dois processos administrativos envolvendo a Tivit. No outro, foram apresentados embargos de declaração, pedindo esclarecimentos ou apontando omissões na própria turma. Segundo o órgão, a inclusão dos corresponsáveis se fundamenta no artigo 124, I, do Código Tributário Nacional, que prevê a solidariedade em caso de interesse comum.

As hipóteses de caracterização de interesse comum, acrescenta a PGFN, foram definidas pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que estabeleceu critérios baseados em análise dos aspectos fáticos dos casos analisados. São conhecidos poucos julgados sobre responsabilização de terceiros. Em um deles, de 2017, foi mantida autuação da Tinto Holding (controladora do grupo Bertin) de 2009. E, como sucessores passivos solidários, diretores do Bertin e a Heber Participações (que é constituída pelos sócios da Bertin). Mas foi cancelada a responsabilidade solidária do Citibank DTVM (processo nº 16561.720170/2014-01). Depois de recurso, em 2019, a 1ª Turma da Câmara Superior afastou a responsabilidade dos sócios.

Segundo o ex-conselheiro Caio Cesar Nader Quintella, da Nader Quintella Consultoria, em poucos casos no Carf há a tentativa de responsabilizar terceiros. Verifica-se, acrescenta, que a maioria veio de autuações por

planejamento tributário ou operações com complexidade financeira. “Geralmente, a fundamentação é bem ampla e abstrata”, afirma. “As indicações são de que o terceiro também teve interesse econômico na operação, e foi remunerado pela assessoria ou opinião.”

Sócio do BMA, Amir Bocayuva destaca que a Delegacia Regional de Julgamentos (DRJ) já havia afastado a responsabilidade do escritório, que “foi mero prestador de serviço para o adquirente”. “Entendimento contrário poderia gerar um precedente perigoso para os escritórios de advocacia que assessoram operações de fusões e aquisições.” Procurado pelo Valor, o Citi não quis comentar o caso. Representantes da Tivit não foram localizados.

Herdeiros vencem no TJSP disputa sobre ITCMD

Desembargadores afastaram a incidência de multa e juros sobre o imposto de bens incluídos tardiamente em inventário de herança

Fernando Teixeira

Decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) afastou a incidência de multa e juros sobre o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) de bens incluídos tardiamente em inventário de herança. O precedente é considerado raro contra uma prática comum em vários Estados: a penalização da “sobrepartilha”. O Fisco considera o acréscimo posterior de bens após a abertura do inventário um atraso, aplicando multa de até 20% no imposto total.

A decisão é da 10ª Câmara de Direito Público, que concedeu liminar para determinar que a Fazenda paulista se abstenha de cobrar multa e juros de mora na cobrança do ITCMD devido na sobrepartilha. “A sobrepartilha de bens da herança desconhecidos à época da partilha é prevista no artigo 2.022 do Código Civil e não equivale ao atraso na abertura do inventário, nem à mora no pagamento do tributo”, diz o relator do caso, desembargador Torres de Carvalho (processo nº 2309097-14.2023.8.26.0000).



Para o advogado responsável pela causa, Luis Augusto Gomes, do Silva Gomes Advogados, São Paulo, assim como a maioria dos demais Estados, entende que a sobrepartilha caracterizaria “atraso na abertura do inventário”. Com isso, cobra multa de até 20% sobre o ITCMD devido sobre a totalidade da herança e não apenas sobre os novos bens incluídos no inventário.

O Estado entende que o fato gerador do ITCMD ocorre no momento da abertura do inventário e, portanto, os herdeiros estariam em mora para o pagamento do tributo. “Com isso, o Fisco estadual faz uma interpretação extensiva e indevida, para não dizer abusiva, do artigo 21 da Lei estadual nº 10.705, de 2000, que regulamenta o ITCMD em São Paulo”, diz o advogado.

No caso julgado pelo TJSP, trata-se de um inventário de 2006, aberto no

prazo regular, de 60 dias após o falecimento do proprietário. Dois anos depois da abertura do inventário, a família descobriu a existência de mais dois bens: um outro imóvel e ações de um banco. Ao registrar esses bens, a Fazenda estadual entendeu haver mora. “Se o registro foi de boa-fé, não há lógica em cobrar multa e juros de mora. O contribuinte não pode ser punido se na época do inventário não sabia, e depois descobriu a existência do bem”, afirma Gomes.

Segundo a advogada Bruna Rabello, sócia do escritório Collaço Galotti Petry Advogados, o caso julgado pelo TJSP assemelha-se a muitos enfrentados por contribuintes que, ao realizar a sobrepartilha de bens desconhecidos à época do inventário, deparam-se com a imposição de multa e juros pela Fazenda estadual. “A exigência indevida de multa e juros durante a sobrepartilha não é exclusividade do Estado de São Paulo”, diz Bruna Rabello.

Em Santa Catarina, o sistema disponibilizado pela Secretaria de Estado da Fazenda para lançamento do ITCMD não contempla o instituto da sobrepartilha. Assim, a inclusão posterior de bens é interpretada como omissão em relação à declaração original, resultando automaticamente na aplicação de multa e juros. “Essa penalização automática do contribuinte que precisa realizar a sobrepartilha é indevida, e a quantia exigida erroneamente pode ser substancial, dependendo do valor dos bens”, alerta Bruna Rabello.

Há precedente no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) afastando a cobrança da multa e juros, mas sob outro fundamento. No caso, a 2ª Câmara de Direito Público afastou a incidência de juros e multa com base no entendimento da Súmula nº 114 do Supremo Tribunal Federal (STF), pela qual “o imposto de transmissão causa mortis não é exigível antes da homologação do cálculo”. Como o cálculo da sobrepartilha ainda não havia sido homologado, multa e juros também não seriam exigíveis (processo nº 5031283-78.2021.8.24.0000).

Destaques

Execução invertida

Para a 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), não é cabível determinação judicial que obrigue a Fazenda Pública a apresentar, como devedora na fase de execução, os cálculos e o valor atualizado do débito - a chamada execução invertida - no cumprimento de sentença comum. Relator do caso, o ministro Herman Benjamin destacou, em seu voto, que a execução invertida representa a modificação do rito estabelecido pelo Código de Processo Civil (CPC), segundo o qual, como regra, cabe ao credor apresentar os valores atualizados do débito.

De acordo com posicionamento do STJ, explicou o ministro, o fundamento da execução invertida é a conduta espontânea da parte devedora. Ele lembrou que essa técnica é importante nas causas previdenciárias, especialmente nos juizados especiais. Mas, segundo Benjamin, a execução invertida não pode ser adotada pela Fazenda Pública de maneira impositiva. Ele ressaltou que, na esfera do CPC, outros princípios e orientações prevalecem, a exemplo do princípio da cooperação e da boa-fé (AREsp 2014491).



JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 11.01.2024 – PÁG. E2

Anulação de representação fiscal para fins penais no Carf

A Lei nº 13.689/23 é uma excelente iniciativa para proteger tanto o contribuinte quanto os órgãos de persecução penal, dada a desnecessidade de se apurar condutas frágeis a configurar um crime

Filipe Lovato Batich



Recentemente foi sancionada a Lei nº 13.689/23, resultante do chamado projeto de lei do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), que novamente implementou o voto de qualidade pró-Fisco para casos de empate nas votações em recursos fiscais. A referida lei também traz outras importantes inovações quando o julgamento pelo Carf é solucionado por meio do voto qualificado: o afastamento de multas e o cancelamento da representação fiscal para fins penais. O presente artigo visa tratar essa última novidade, que altera o

regime da representação fiscal para fins penais.

A representação fiscal para fins penais no âmbito federal está regulada por meio do Decreto nº 7.574/2011. Trata-se de um relatório em que o auditor fiscal elabora, de forma concomitante ao auto de infração, para informar os órgãos responsáveis pela persecução penal sobre a ocorrência de crimes tributários. Também é possibilitado ao Fisco lavrar representações fiscais, momento em que o auditor fiscal comunica às autoridades possíveis outros crimes cometidos contra a administração federal, verificados durante a fiscalização tributária.

O escopo da representação fiscal para fins penais foi posteriormente ampliado pela Portaria RFB nº 1.750/18. Na prática, a representação fiscal para fins penais também acaba noticiando outros crimes envolvendo o contribuinte cometidos em conexão aos crimes tributários, como uso de documento falso, crimes contra o sistema financeiro nacional, especialmente envolvendo evasão de divisas ou operações ilegais de câmbio, e lavagem de dinheiro.

A representação fiscal para fins penais possui um duplo papel dentro da persecução penal. O primeiro é a função de comunicação de um crime a ser apurado, iniciando uma investigação ou com potencial de, até mesmo, dar suporte direto à propositura de uma denúncia, ou seja, para iniciar diretamente uma ação penal. Para tanto, a representação fiscal para fins penais deve fornecer a maior quantidade possível de informações, como: os agentes que concorreram para os delitos, especialmente quando ele envolve pessoas jurídicas; o arrolamento de testemunhas; e apontar os documentos importantes para a caracterização dos crimes noticiados.

O segundo papel da representação fiscal para fins penais ocorre em conjunto com o lançamento definitivo do tributo: ambos formam o corpo de delito do crime contra a ordem tributária. O lançamento definitivo, que é



CLIPPING

DATA

11.01.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

25 de 27

RESPONSÁVEL

Iris Helena

a decisão final do Fisco sobre se há tributo devido, indica que houve a redução ou a supressão de tributos. A representação fiscal para fins penais funciona como uma prova técnica, lavrada por um especialista - o auditor que lavrou o auto de infração - de que esse resultado de supressão ou redução foi obtido por meio de uma conduta criminosa.

Entretanto, muitas vezes as instâncias superiores fiscais acabam por alterar o entendimento espelhado no auto de infração originalmente lavrado, durante a impugnação administrativa do auto de infração pelo contribuinte. Não é raro que, por meio da impugnação, o contribuinte afaste a aplicação da multa qualificada, aplicável quando há evidências da realização de atos fraudulentos, ou seja, que o tributo não foi reduzido ou suprimido por meio de uma conduta em tese criminosa. Todavia, essa reformulação de entendimento não é espelhada na representação fiscal para fins penais, que é lavrada em momento anterior, sendo que não há norma prevendo a sua correção com o novo entendimento que o próprio fisco deu aos fatos. Assim, mesmo que o Fisco entenda que em momento posterior não exista elementos de que um crime foi cometido, mas apenas que tributos foram devidos, pode ser iniciada uma apuração criminal dos fatos com base no conteúdo da representação fiscal para fins penais.

A Lei nº 13.689/23 vem corrigir parte desse problema. Caso o Carf reconheça em votação vencida por meio do voto de qualidade, ou seja, por desempate, a representação fiscal é cancelada. Logo, nessas situações, o contribuinte terá apenas uma cobrança do tributo devido, mas sem a ameaça de se ver envolto em uma investigação ou processo criminal. A lógica é que, se o próprio órgão máximo fiscal demonstra fundadas dúvidas sobre a suposta infração tributária, tal constatação é apta a afastar a ilegalidade criminal da conduta realizada pelo contribuinte ou seus representantes, nos casos de pessoas jurídicas.

Assim, a Lei nº 13.689/23 é uma excelente iniciativa para proteger tanto o contribuinte quanto os órgãos de persecução penal, dada a desnecessidade de se apurar condutas frágeis a configurar um crime. Porém, ainda cabe ao legislador a adoção de outras medidas aptas a coibir situações em que o aparato de persecução penal é utilizado como mero instrumento de cobrança de tributos não pagos, mas que não configurem crime. A representação fiscal para fins penais necessita de uma reformulação, para que incorpore as decisões posteriores do Fisco em seu conteúdo, especialmente quando as autoridades tributárias afastarem a realização de condutas fraudulentas por parte do contribuinte, traçando fortes parâmetros entre a cobrança de um crédito tributário e um crime contra a ordem tributária.

FATOS HISTÓRICOS DO DIA – SEBIB

11 de janeiro – Dia do Combate à Poluição por Agrotóxicos

Fonte: Portal Fiocruz

Em 11 de janeiro, celebra-se o *Dia do Controle da Poluição por Agrotóxicos*. Para o coordenador do Programa de Saúde e Ambiente da Fiocruz, Guilherme Franco Netto, a data oferece dupla oportunidade: denunciar os danos causados pelos agrotóxicos



à saúde e à natureza e a anunciar que outras formas de produzir alimentos e conviver com a natureza são possíveis. Segundo o coordenador, os agrotóxicos têm impactos adversos na qualidade da água, plantas e animais, além de estarem associados a uma abundância de efeitos negativos para a saúde humana, que vão desde doenças de curto prazo até vários tipos de câncer.

Ele alerta que a redução do seu uso não é fácil. “A reprodução sistemática da diversidade e a busca por sistemas de produção simplificados deixaram as lavouras vulneráveis a pragas e doenças. Sem um novo paradigma de pensamento e prática na produção agrícola, o uso global de pesticidas provavelmente aumentará, com efeitos indiretos sobre o meio ambiente e nossa saúde”, adverte Franco Netto.

Poluição Global

De acordo com o pesquisador, em 1962, quando Rachel Spring escreveu *Silent Spring* - obra reconhecida mundialmente por ter ajudado no lançamento do movimento ambientalista -, o conhecimento sobre esses produtos químicos era relativamente reduzido. “Sessenta anos depois, essas análises permanecem limitadas, embora as pesquisas sobre o impacto de pesticidas específicos na saúde humana e no meio ambiente tenham mais profundidade e rigor mecanicista”, explicou ele.

Foi criado um banco de dados global de aplicações de pesticidas e um modelo ambiental espacialmente explícito para estimar a geografia mundial do risco de poluição ambiental causado por 92 ingredientes ativos de pesticidas em 168 países. Uma região é considerada em risco de poluição se os resíduos de pesticidas no meio ambiente excederem as concentrações sem efeito, e em alto risco, se os resíduos excederem isso em três ordens de magnitude.

“Pesquisas recentes revelam que 64% das terras agrícolas globais (aproximadamente 24,5 milhões de km²) estão em risco de poluição por pesticidas por mais de um ingrediente ativo e 31% estão em alto risco. Entre as áreas de alto risco, cerca de 34% estão em regiões de alta biodiversidade, 5% em áreas com escassez de água e 19% em nações de baixa e média baixa rendas”, descreveu ele. Foram identificadas bacias hidrográficas na África do Sul, China, Índia, Austrália e Argentina como regiões de grande preocupação porque apresentam alto risco de poluição por pesticidas, apresentam alta biodiversidade e sofrem com escassez de água.



CLIPPING

DATA
11.01.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
27 de 27

RESPONSÁVEL
Iris Helena

O coordenador alerta, também, que muitas pessoas estão expostas a pesticidas ocupacionalmente e a autointoxicação por pesticidas é um grande problema de Saúde Pública. Todos os anos, três milhões de casos de intoxicação aguda foram relatados por exposição a pesticidas, resultando na morte de 250 a 370 mil pessoas todos os anos.

Ações na Fiocruz

A Fiocruz realiza ações de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação, Informação e Comunicação relacionadas aos agrotóxicos ao longo de sua trajetória institucional. Recentemente - a partir da primeira década do segundo milênio -, essas ações têm sido planejadas, implementadas e avaliadas por intermédio do grupo de trabalho (GT) constituído no âmbito da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAS/Fiocruz).

Os GT é formado por pesquisadores de diversas unidades da instituição, incluindo a Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz), e abrange, não exclusivamente, aspectos relacionados à regulação de agrotóxicos, toxicologia clínica e ambiental, vigilância em saúde, atenção integral à saúde e assessoria técnica científica a diversas instituições públicas, não governamentais e dos movimentos sociais. “Há inúmeras iniciativas da escala global à local que apresentam alternativas sustentáveis ao uso de agrotóxicos, sendo a Agroecologia uma perspectiva sistêmica que transforma por completo os sistemas alimentares globais de agentes de concentração de riqueza para poucos em agentes protagonistas do bem viver”, finalizou o coordenador.